



O Serviço Social na Alemanha e seus Fundamentos

Social Service in Germany and it's foundations

Cilene Sebastiana da Conceição BRAGA*

 <https://orcid.org/0000-0002-2342-2818>

Katja Klebsattel DUARTE**

 <https://orcid.org/0000-0003-0099-1919>

Resumo: O presente artigo trata de aproximar-se dos momentos centrais do processo de desenvolvimento histórico do Serviço Social alemão. Visa apresentar as instituições que organizam a profissão no país, assim como aproximar-se das tendências teórico-metodológicas do Serviço Social alemão. Tratar-se-á, especialmente, da gênese do Serviço Social alemão, da profissão no período do nacional-socialismo, das suas tendências teóricas críticas na década de 1960 e da sua composição teórico-metodológica na atualidade. A coleta de dados ocorreu por meio do estado da arte com o levantamento de bibliografias alemãs sobre a temática. Destaca-se que o Serviço Social alemão na contemporaneidade é caracterizado pela influência de diversas tendências teóricas e não apresenta um projeto profissional hegemônico.

Palavras-chave: Serviço Social alemão. Nacional-socialismo. Movimentos de 1968.

Abstract: This article approaches the central moments in the historical development of Social Service in Germany. The aim is to present the institutions that organize the profession, and to address the theoretical-methodological trends in German Social Work. It deals with the genesis of German Social Work, the profession under National Socialism, its critical theoretical trends in the 1960s and its current theoretical-methodological composition. Data collection took place through a state-of-the-art survey of German bibliographies on the subject. It is noteworthy that contemporary German Social Work is characterized by the influence of several theoretical trends and does not represent a hegemonic professional project.

Keywords: German Social Work. National Socialism Movements of 1968.

Submetido em: 13/2/2022. Aceito em: 15/3/2022.

* Assistente Social. Doutora em Política Social. Professora adjunta do curso de graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Universidade Federal do Pará; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. (UFPA, Bélem, Brasil). Rua Augusto Corrêa 01, 66075-110 Belém. E-mail: cilene@ufpa.br.

** Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Bolsista do Deutscher Akademischer Austauschdienst. Universidade Federal do Pará; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPA, Bélem, Brasil). Rua Augusto Corrêa 01, 66075-110 Belém. E-mail: katjaklebsattel@gmail.com.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O Serviço Social é uma profissão que está presente em vários países e apresenta um percurso histórico peculiar, assim como os projetos profissionais se desenvolvem a partir das particularidades de cada contexto. Entende-se, nesse sentido, que o Serviço Social se apresenta de forma diferenciada nos países e que existem diversos projetos profissionais e formas de organização política. Só é possível aproximar-se a um entendimento da profissão, nas suas materializações mais diversas, quando se considera o seu processo histórico, social e econômico de desenvolvimento.

Frente a esse entendimento, o presente artigo tem como objetivo avizinhar-se da realidade dos fundamentos do Serviço Social alemão, apresentando momentos centrais do processo de desenvolvimento histórico da profissão na Alemanha. Além disso, objetiva-se difundir elementos estruturais que definem a profissão no país e aproximar-se das tendências teórico-metodológicas que implicam no Serviço Social alemão na contemporaneidade.

A Alemanha, mesmo sendo considerada um dos países centrais do capitalismo, materializa diferentes expressões da questão social, como: a desigualdade, a pobreza e o desemprego, bem como o processo de precarização das relações de trabalho. Entende-se que a questão social representa o fundamento para a legitimação do Serviço Social como profissão inscrita na divisão social do trabalho desde o contexto da industrialização¹.

Este trabalho foi resultado de uma investigação realizada no Mestrado em Serviço Social de uma universidade brasileira, iniciado em 2019. Para a sua elaboração foi realizada pesquisa bibliográfica, buscando autores que se destacaram na Alemanha na construção dos fundamentos no Serviço Social.

O artigo divide-se nos seguintes momentos: na introdução apresentaremos as inquietações que levaram à produção do conhecimento acerca dos fundamentos do Serviço Social na Alemanha e a metodologia utilizada para a coleta de dados; no segundo momento mostraremos breves pontuações acerca da origem da profissão na Alemanha; posteriormente serão apresentadas as contradições da profissão no tempo do Terceiro Reich (1933-1945), depois a influência de tendências críticas marxistas e, por último, os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade alemã.

As particularidades do Serviço Social na Alemanha

A assistência social na Alemanha, em 1850, encontrava-se organizada em nível municipal a partir da atuação voluntária, principalmente, por meio da Igreja, de iniciativas privadas e dos movimentos sociais. Frente à agudização da questão social e das mudanças societárias em curso ao longo do século XIX, fica evidente que “[...] a caridade tradicional organizada ao nível municipal não era mais capaz de amenizar a crescente miséria do proletariado” (SAGEBIEL, 2010, p. 44, *tradução nossa*). Nesse sentido, ocorre a fundação de um primeiro sistema, chamado de *Elbfelder System* (literalmente: sistema de Elbfeld), o qual rapidamente passa por

¹ A literatura profissional não determina um momento exato de gênese do Serviço Social na Alemanha. O Serviço Social em sua condição como profissão ocorre na sociedade moderna e localiza-se no século XIX. Há autores(as) que denominam o ano de 1850 como o ano de nascimento do Serviço Social moderno (KUNSTREICH, 2014a), enquanto outros(as) sinalizam que o Serviço Social moderno alemão nasceu na segunda metade do século XIX, sem determinar um ano exato (HAMMERSCHMIDT; TENNSTEDT, 2012).

alterações e origina sistemas posteriores que seguem o objetivo de racionalizar as respostas formuladas para as expressões da questão social. É nessa realidade que será desenvolvida a Política Social na Alemanha (KUNSTREICH, 2014a; HAMMERSCHMIDT; TENNSTEDT, 2012).

É nesse contexto que se origina o Serviço Social alemão, profissão que se encontra caracterizada por diferentes elementos, sendo estes: a sua relação com os trabalhadores, suas condições de assalariamento, assim como o reconhecimento da importância de uma formação profissional. Além disso, entende-se que o caráter social da atuação representa um elemento fundamental para o Serviço Social como profissão. O social caracteriza a atuação que não se delimita mais a relações entre indivíduos, mas materializa-se como reflexão da sociedade sobre ela mesma, enfatizando possibilidades para a sua melhoria e para a melhoria das condições de vida dos(as) seus(suas) integrantes (HAMMERSCHMIDT; TENNSTEDT, 2012; WENDT, 2020).

Atualmente, na Alemanha, o Serviço Social representa uma profissão legalmente regulamentada; o requisito para atuar na profissão é a conclusão de um curso de bacharelado legalmente reconhecido em nível federal. Nesse âmbito existem diferentes modalidades de ensino, sendo estas: cursos de graduação em universidades, em Escolas Superiores Profissionalizantes² (públicas, particulares, confessionais), o *Duales Studium* (literalmente: formação dual)³ e o ensino à distância. As diferentes modalidades de ensino se diferenciam tanto nos pré-requisitos para o acesso, na composição do curso e nas metodologias de ensino. Em todas as modalidades o(a) aluno(a), com a conclusão do curso, alcança a titulação de Bacharel em Serviço Social e se encontra capacitado(a) para exercer a profissão do(a) Assistente Social. A regulamentação legal no contexto alemão não significa a existência de uma legislação específica para a profissão e os(as) seus(suas) profissionais. Atualmente discute-se a importância de uma legislação profissional para o Serviço Social, no entanto, a discussão no que diz respeito ao assunto ainda está no início e não se tem clareza sobre a forma na qual essa legislação poderá se materializar.

Existem diferentes entidades do Serviço Social na Alemanha que seguem distintos objetivos. Todavia, diferente do Brasil, não existe entidade com obrigatoriedade de filiação para os(as) Assistentes Sociais. Como entidades nacionais destacam-se: o *Deutscher Berufsverband für Soziale Arbeit.V.* (DBSH) (literalmente: Associação Profissional Alemã para Serviço Social), a *Deutsche Gesellschaft für Soziale Arbeit* (DGSA) (literalmente: Sociedade Alemã para Serviço Social) e o *Fachbereichstag Soziale Arbeit* (FBTS) (literalmente: Departamento da Área de Estudo do Serviço Social).

O DBSH objetiva representar os(as) profissionais de Serviço Social no que diz respeito às suas demandas políticas no contexto profissional. A entidade se define como sindicato para os(as)

² As Escolas Superiores Profissionalizantes representam instituições que, mesmo não sendo universidades, permitem o acesso ao ensino superior. Em seu contexto é possível alcançar o grau de bacharel e de mestrado. As possibilidades de ingressar nas Escolas Superiores Profissionalizantes se distinguem dos pré-requisitos para o acesso à universidade. Nesse sentido, por exemplo, é possível o acesso de pessoas que não concluíram o seu ensino médio, mas realizaram uma formação técnica em uma área relevante com uma duração de no mínimo três anos.

³ A formação dual é uma modalidade do ensino superior. Nesse modelo o(a) estudante encontra-se matriculado em uma universidade e, simultaneamente, tem um empregador na área do seu curso. O ensino ocorre em sistema de alternância. Dependendo do curso, o(a) estudante encontra-se durante um certo período (geralmente cerca de três meses) na universidade e depois o mesmo tempo diariamente no seu emprego. Trata-se de um modelo que visa combinar o ensino teórico com uma formação orientada na prática. O(a) estudante, ao longo do seu curso, ganha um salário e no final alcança o grau de bacharel.

profissionais do Serviço Social. No Serviço Social alemão não existe um Código de Ética legalmente reconhecido, nesse âmbito, o DBSH propôs a construção de um Código de Ética e sugere como princípios básicos: o respeito da autonomia de cada indivíduo, a justiça e a solidariedade (DEUTSCHER BERUFSVERBAND FÜR SOZIALE ARBEIT E.V., [201 - ?]).

A DGSA contribui com a formação e com o trabalho do(a) Assistente Social, sua atuação realiza-se no contexto da pesquisa e do ensino relacionado à profissão. Visa-se ao fomento da discussão no interior da disciplina, a divulgação de conhecimento científico, assim como o investimento na formação de pesquisadores(as). A importância de um diálogo internacional acerca do Serviço Social ganha destaque nas discussões da DGSA (DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR SOZIALE ARBEIT, 2016).

O FBTS atua no contexto da formação profissional e representa o conjunto das diferentes faculdades de Serviço Social. A entidade é responsável pela publicação do documento intitulado *Quadro de Qualificações Serviço Social* (SCHÄFER; BARTOSCH, 2016, tradução nossa), o qual orienta a formação profissional em Serviço Social (FACHBEREICHTSTAG SOZIALE ARBEIT, [201 - ?]).

Além dessas entidades, existem os grupos de trabalho que, de acordo com as suas temáticas, seguem diferentes objetivos. Eles representam espaços, nos quais a troca profissional e discussões relacionadas a diferentes assuntos são possíveis; além disso, os grupos de trabalho representam ambientes para a organização dos(as) profissionais enquanto categoria.

A partir dessas informações do Serviço Social alemão, pontuamos que o desenvolvimento da profissão percorre dois momentos historicamente centrais para a Alemanha. Considerar-se-á o Serviço Social no período da II Guerra Mundial e no contexto do nacional-socialismo, que caracterizava o país na época. Além disso, centralizar-se-á o desenvolvimento da profissão na década de 1960⁴. Posteriormente, serão introduzidas algumas tendências teórico-metodológicas que impregnam a profissão na atualidade.

Os Fundamentos do Serviço Social na Alemanha: entre as contradições e as resistências

O tempo do *Terceiro Reich* (1933 - 1945), período no qual a Alemanha foi dirigida por Adolf Hitler, representa para o país o capítulo mais terrível da sua história. Hitler, com o partido nacional-socialista, seguia o objetivo de fortalecer a raça alemã e de destruir todas as raças, indivíduos ou grupos que eram considerados inferiores e, no seu entendimento, significariam uma ameaça para a *raça ariana*. A Ditadura nazista representa doze anos de barbárie, de perseguição, de destruição, de um nacionalismo extremamente forte e de inúmeras pessoas assassinadas⁵.

⁴ Entende-se que a apresentação do processo histórico e o recorte realizado para apenas dois momentos históricos possibilita uma introdução muito superficial ao processo de desenvolvimento histórico do Serviço Social alemão, qual seja, uma primeira impressão do processo complexo percorrido pela profissão e das abrangentes influências teórico-metodológicas que perpassam o Serviço Social alemão historicamente.

⁵ O tempo do Terceiro Reich representa uma época que precisa ser lembrada e investigada, no sentido de que essa barbárie nunca mais aconteça. Lembrar à multidão de indivíduos que deixaram a sua vida em nome de uma ideologia bárbara e feroz – o que não se pode é ficar em silêncio sobre as violações de direitos humanos cometidas durante esse tempo.

O grupo dos judeus, com cerca de seis milhões de mortos (PAÁL, 2021), é o primeiro grupo a ganhar destaque quando se faz referência ao terror que ocorreu durante o *Terceiro Reich* na Alemanha. Sem querer, de forma nenhuma, diminuir a barbárie pela qual esse grupo passou perante o governo nazista, é importante lembrar que a maquinaria ideológica de destruição apreendeu não apenas minorias étnicas ou partidos políticos como suas vítimas. Múltiplos grupos de indivíduos, entre eles, pessoas com deficiência, criminosos(as), sem-teto, o grupo dos(as) ditos(as) *Arbeitsscheue* (port.: não-afins de trabalhar), indivíduos com doenças genéticas, pessoas que viviam em situações de acolhimento, indivíduos com doenças psicológicas, ou pessoas que, simplesmente, foram definidas como *a-sociais*, foram apreendidas como ameaça para a reprodução da *raça superior* e se tornaram vítimas da marginalização (OTTO; SÜNKER, 1986). Esses grupos passaram por perseguição, tortura, esterilização forçada e foram vítimas de assassinatos brutais, ocorrendo, por exemplo, nas câmaras de gás dos campos de concentração. Nesse sentido, o nazismo expressa um racismo que combina questões de raça, orientação política e, também, características sociais como critérios de discriminação (KUHLMANN, 2017; OTTO; SÜNKER, 1986).

A ideologia nazista impregnou o país e as suas instituições em um nível totalitário de uma forma muito intensa e rápida, e não deixava as instituições e organizações de bem-estar social, os(as) assistentes sociais e as políticas sociais de fora. O sistema de bem-estar social, desenvolvido até a década de 1930, durante o sistema nazista passou por profundas alterações e teve uma função não subestimada no contexto de toda crueldade cometida durante o tempo nazista do país. O Serviço Social foi atingido fortemente pelo sistema nazista e se tornou um dos seus elementos constitutivos⁶ (OTTO; SÜNKER, 1986).

No âmbito do governo nazista e da sua ideologia partiu-se do entendimento que as ações desenvolvidas pelo Estado são resultado de um pensamento liberal que significava a redução de sua responsabilidade frente aos(às) mais necessitados(as). Objetivando superar a desigualdade presente na sociedade, essas ações do Estado foram definidas e reproduzidas como responsabilidade de todos os membros da sociedade. O centro das políticas sociais no nacional-socialismo não foi voltado para garantir a cidadania, o bem-estar do cidadão e a garantia dos seus direitos, mas a *Volkswohlfahrt* (port.: bem-estar do povo nacional). Essa lógica foi apreendida como justificativa para excluir indivíduos em função da questão de raça pura, assim foram privados dos seus direitos e invadiram-se de forma dominante os seus espaços privados (OTTO; SÜNKER, 1986).

Esse entendimento não significa imediatamente o fim das políticas públicas, mas a reorganização da sua lógica fundamental. Nesse sentido, na política social, foram desenvolvidos serviços para indivíduos entendidos como membros saudáveis da raça superior como, por exemplo, o serviço de apoio a mães com boas condições genéticas e os(as) seus(suas) filhos(as), instalado no ano de 1934 (SACHSSE; TENNSTEDT, 1992).

Portanto, durante a Ditadura foi seguido o entendimento que o sistema de bem-estar social, a longo prazo, perderia a necessidade de existir. Entendendo que a ideologia nazista apreende pobreza como problema de raça, representa-se a opinião que o apoio dado para a raça superior, no âmbito econômico e de prevenção na área da saúde e em conjunto com o extermínio dos indivíduos que ameaçam a continuidade dessa raça, a longo prazo, significaria

⁶ Uma parte dos profissionais de Serviço Social assumiu a reprodução dos valores nazistas em seu trabalho profissional e atuou fortalecendo a barbárie e perseguição a vários cidadãos que não se enquadravam às linhas ideológicas propostas pelo regime nazista.

o fim da necessidade das políticas sociais e de um sistema de *bem-estar social*, em geral (OTTO; SÜNKER, 1986).

O Serviço Social, durante o tempo da Ditadura nazista, foi instrumentalizado por essa ideologia desumana. A apreensão apresentada pelo Dicionário dos Cuidados Sociais, em 1937, evidencia nitidamente a função central que as profissões da área social tiveram em nome da ideologia nazista. Segundo o livro:

[...] as profissões da área social [...] encontram-se utilizados para o cumprimento das grandes obrigações educativas postas. Cada trabalhador na área dos cuidados sociais precisa tomar consciência sobre uma coisa: sobre a tarefa parcial que está de sua responsabilidade, em primeiro lugar, a sua obrigação é o trabalho educativo! O Serviço Social sempre requer a utilização da personalidade inteira. Apenas os realmente destinados se devem dedicar a esse campo de trabalho, isso tem validade tanto para a educadora em creche, a educadora trabalhando com adolescentes, quanto para a cuidadora ou o cuidador social (AMTHORN, 2017, p. 20 *apud* ALTHAUS; BETCKE, 1937/1939, p. 964, tradução nossa).

Em 1933, com a consolidação do sistema nacional-socialista, a representação autônoma do Serviço Social teve o seu fim e a profissão encontrou-se submetida ao órgão chamado de *Deutsche Arbeiter Front* (DAF) (port.: Frente de Trabalhadores Alemães). A DAF organizava todas as associações profissionais da Alemanha, seguindo o objetivo determinado pelo governo nacional-socialista de “[...] criar uma real comunidade nacional, assim como uma comunidade produtiva de todos os alemães” (PAULINI, 2017, p. 60, tradução nossa). A DAF não garantiu a lógica das associações profissionais anteriores visando à representação dos(as) profissionais e dos seus interesses, mas buscou, entre outros, a função de educar os(as) cuidadores(as) sociais no sentido de uma formação profissional em nome da aplicação da ideologia nazista.

Principalmente a partir de 1935, os(as) chamados(as) cuidadores(as) sociais carregavam responsabilidades na realização da lei do cuidado de herança e da raça, o que significava a sua participação ativa na garantia da aplicação do programa de eutanásia e na realização de esterilizações forçadas (PAULINI, 2017). Nesse sentido, entende-se que o Serviço Social sob o regime nacional-socialista, mesmo não apoiando de forma proativa ou consciente, era corresponsável por atos em função da ideologia brutalmente destrutiva implementada na Alemanha entre 1933 e 1945 (PEUKERT, 1986).

Entretanto, denominar todos(as) os(as) profissionais que agiram durante a II Guerra Mundial na Alemanha como apoiadores do regime passa longe da realidade. Precisa-se considerar que eles e elas, muitas das vezes, sofreram durante a Ditadura e foram vítimas do sistema. Além dos processos de perseguição sofridos pelos(as) profissionais judeus, ocorreram processos de *limpeza* nas instituições que resultaram no desemprego de muitos(as) profissionais que não eram aceitos(as) e nem se enquadravam conforme a necessidade do sistema.

Existiam profissionais que se colocavam contrários ao regime, que resistiram e que não aceitaram a função determinada para eles(as) em nome da ideologia. Portanto, o governo nacional-socialista era um regime extremamente destrutivo e a organização de uma resistência representou um processo perigoso que significou, muitas vezes, uma ameaça para a própria vida.

Nesse sentido, a resistência no Serviço Social se materializou, por exemplo, em atos que evitaram a entrega de indivíduos para o regime e esconderam pessoas que sofriam por perseguição e ameaças de morte. Eram atos de resistência, não usar as próprias possibilidades de sair da Alemanha e viver em segurança, mas de permanecer para esconder e acompanhar crianças judias até o final. Não se trata de resistências organizadas em nome da categoria profissional do Serviço Social, elas se consolidaram a partir dos espaços sócio-ocupacionais, ou seja, os(as) Assistentes Sociais desenvolviam essas ações protetivas por meio de estratégias desenvolvidas dentro das instituições nas quais desenvolviam seu trabalho profissional (BIEBRICHER, 2017, tradução nossa).

O pós-II Guerra Mundial não se materializou de forma igual em todo o território alemão. O país, entre 1949 e 1990, foi dividido entre Alemanha ocidental e oriental, período marcado pela denominada Guerra Fria. O conhecido *Muro de Berlim* existia desde 1961 e caiu em 1989. As relações sociais nas duas partes do país se construíam de forma diferente em função das distintas direções assumidas pelos projetos societários em vigor no país. Entende-se que esse fato afetou os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e a materialização do trabalho profissional, pois, nesse momento, o Serviço Social alemão, por meio de um grupo de profissionais, iniciou o acesso e a aproximação com a teoria crítica de Marx.

A década de 1960, em escala global, representou um período de resistência ao capitalismo. Na Alemanha, o contexto de 1968 é impregnado pelo início do primeiro momento de crise após o milagre econômico. Além de movimentos que se referem à chamada nova esquerda e se caracterizam por reivindicações anticapitalistas, manifestando-se, entre outros, contra a Guerra do Vietnã e reivindicando igualdade de gênero e o direito ao aborto, percebe-se um dos primeiros momentos nos quais o povo alemão começa a repensar o seu passado e no qual as gerações mais jovens, por exemplo, no movimento estudantil, reivindicam explicações pelos acontecimentos ocorridos ao longo da II Guerra Mundial. É nesse contexto sócio-histórico que o pensamento crítico ganha ênfase no Serviço Social alemão (HERING; MÜNCHMEIER, 2014; BURRI, 2004; STEINACKER, 2013).

Segundo Steinacker (2013), o contexto de 1968 teve fortes implicações nos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Trata-se de uma época na qual a profissão na Alemanha se apresentava de uma forma crítica e questionadora da sociedade. O autor observa que o Serviço Social crítico, na década de 1960, se inscreve na lógica dos movimentos de 1968 e se apresenta como movimento social. Observam-se influências do pensamento marxista/marxiano na profissão. Cabe destacar que os pensadores da Escola de Frankfurt ganharam relevância no Serviço Social (BURRI, 2004).

O Serviço Social, na época, reivindicava ser uma profissão progressista, não autoritária, solidária e se inscreveu na lógica da chamada revolta de 68, representando “[...] um movimento de protesto global, anti-sistêmico” (STEINACKER, 2013, p. 34, *tradução nossa*). O Serviço Social transfere a crítica ao Estado, à sociedade e às instituições em vigor na época, para o contexto das reivindicações específicas da profissão. O pensamento crítico reuniu profissionais que não estavam satisfeitos(as) com as suas condições de trabalho, com a crescente burocratização do Serviço Social e com as condições de vida dos(as) seus(suas) usuários(as) (BURRI, 2004). Steinacker (2013) resume a postura que o Serviço Social crítico representa, na década de 1960, com as seguintes palavras:

Em uma leitura orientada mais politicamente, isso se relacionava com a esperança que se iniciasse, por meio da atuação dos(as) assistentes sociais críticos, um processo (político) de aprendizagem dos(as) usuários(as) que resultasse, por meio da reflexão das causas societárias da sua miséria individual, em uma atuação de resistência, solidariedade e uma atuação coletiva. Tratava-se de uma forma de estratégia político-emancipatória dupla: de um lado de satisfazer as ‘necessidades e interesses conscientes’ dos(as) usuários(as) e, simultaneamente, capacitá-los(as) para a ‘resistência contra (as) condições societárias’, que se oponham a uma mudança das suas condições (STEINACKER, 2013, p. 42, tradução nossa).

A organização da vertente crítica do Serviço Social ocorreu, principalmente, ao longo da década de 1970, em grupos e associações. Nesse sentido, em 1969, aconteceu o primeiro encontro dos(as) assistentes sociais críticos(as). Além disso, foram fundados os *Arbeitskreis Kritische Soziale Arbeit* (port. Associações do Serviço Social crítico) em várias cidades da Alemanha. Essas associações foram fundadas na perspectiva emancipatória que caracterizava fortemente as décadas de 1960/70 e se tornaram um elemento importante para o Serviço Social, deixaram de existir no final da década de 1970 e foram reabertas apenas depois de 2000 apresentando continuidades, mas também ruptura com a sua constituição anterior (ANHORN, 2017a)⁷.

Kunstreich (2014b) destaca a existência de duas tendências principais no interior da perspectiva crítica elaborada pelo Serviço Social alemão. Segundo o autor, essas duas vertentes representaram perspectivas de ruptura com a até então compreensão da profissão. Existia de um lado a perspectiva que seguia uma orientação anti-burocrática e que defendia uma reforma organizativa e, simultaneamente, estabeleceu-se um entendimento que reivindicava uma revolução para além da burocracia social. No âmbito dessas perspectivas, diversos(as) autores(as) elaboraram teorias que possibilitaram pensar o Serviço Social a partir de uma orientação crítica. Na década de 1970, autores(as) como, por exemplo, Thiersch, Otto, Müller e Böhnisch se destacam e as suas concepções e teorias exerceram fortes influências para dentro do Serviço Social alemão e, até hoje, a sua expressão ocorre a partir de várias reformulações.

Segundo Burri (2004), o tempo no qual as vertentes teóricas críticas do Serviço Social na Alemanha ganharam destaque foi curto. Anhorn (2017b) afirma que:

[...] na década de 1990, as características de política de classe e crítico-emancipatória do Serviço Social aparentam chegar no seu ponto provisoriamente baixo do seu potencial (inexplorado) crítico e da sua resistência prática. O fim da concorrência de sistemas com a queda e a dissolução do ‘bloco do socialismo real’, a relacionada proclamação do ‘fim da história’ e da declaração triunfante da falta de alternativas de um capitalismo neoliberal global, implica, não por último para o Serviço Social, ‘adequações’ para as novas condições societárias mais ou menos evidentes. A orientação na política de classe, que visa à luta acerca de uma (re)distribuição na sociedade de primariamente recursos materiais e – consequentemente – de recursos simbólicos, foi cada vez mais deslocada de uma celebração de uma política de identidade e reconhecimento de diferença e diversidade, a qual primeiramente trata do reconhecimento simbólico, desmaterializado de heterogeneidade, de pluralidade

⁷ Kunstreich (2014b) destaca que a dissolução dos AKS não resulta apenas de um fracasso do projeto crítico de se pensar o Serviço Social, mas indica também a realização de relativos sucessos nesse contexto. O autor explica que a perspectiva crítica, a qual foi fortemente originada pelos movimentos sociais da época, não mais se restringiu apenas a esses movimentos, mas atingiu as ciências sociais e encontrava repercussão no âmbito das perspectivas teóricas elaboradas para o Serviço Social.

de identidade, de preferência de estilos de vida e diferenças (ANHORN, 2017b, p. 90-91, tradução nossa).

A partir da década de 1970 foi possível analisar mudanças fundamentais no âmbito societário. Assinalam-se, entre outras, o aumento e a intensificação da desigualdade social, da pobreza, da precarização e da flexibilização de relações de trabalho. Além disso, no contexto da crise do capital, nesse mesmo período, ganharam ênfase alterações nas políticas sociais. Nesse sentido, Bettinger (2012) enfatiza a transformação do Estado de bem-estar social protetor em um Estado de bem-estar social ativador. Esta forma de Estado tem a sua origem nos EUA e ganha relevância na Alemanha, principalmente, a partir de 1999. Um dos fundamentos para o Estado social ativador é representado pelo conceito do empoderamento. Parte-se da concepção que o Estado precisa oferecer formas de apoio para a integração ao mercado de trabalho e não uma rede de segurança (OSCHIMANSKY; BERTHOLD, 2020, não paginado, tradução nossa). O neoliberalismo significa o aumento da privatização e redução de gastos com o social. Nos espaços de atuação, nos quais o Estado se faz presente, a materialização do Serviço Social possui um caráter disciplinador e repressivo – tais características foram fortemente criticadas na década de 1960 (THIERSCH, 2017). No interior do Serviço Social desenvolve-se um amplo espectro de tendências teórico-metodológicas, contudo, existem autores(as) que enfatizam a necessidade de um direcionamento crítico para o Serviço Social (BETTINGER, 2012).

A partir desse desenvolvimento é possível analisar que, na contemporaneidade, o Serviço Social na Alemanha se encontra no meio de um intenso debate sobre a sua definição como profissão, e o seu caráter como disciplina acadêmica é descrito por um amplo pluralismo teórico (DEWE; OTTO, 2012). Schilling e Klus (2015) apresentam um resumo das diferentes tendências teórico-metodológicas que atualmente se encontram no Serviço Social alemão, abrangendo um amplo espectro teórico.

Diante disso, explicitaremos o conjunto de vertentes que se apresentam no Serviço Social alemão e que englobam os fundamentos da profissão na atualidade do país, ou seja, o pensamento filosófico-transcendental e espiritual, o interacional-fenomenológico, o sistêmico e psicanalítico, o ecosocial, Serviço Social reflexivo e as vertentes emancipatória, crítico-materialista e crítico-subjetiva.

Encontram-se, nesse contexto, teorias construídas com base no pensamento *filosófico-transcendental* e *espiritual*, que representam um direcionamento, o qual pode ser interpretado como tendência tradicional do Serviço Social. No âmbito dessas vertentes entende-se a educação individual como obrigação central do Serviço Social, no sentido de contribuir com uma resposta às materializações da questão social.

Além disso, são localizadas perspectivas teóricas que partem do pensamento *interacional-fenomenológico* (THIERSCH; GRUNWALD; BÖHNISCH, 2016), *sistêmico* e *psicanalítico*, as quais colocam em seu foco tanto o indivíduo quanto o sistema societário no qual o(a) usuário(a) encontra-se inserido(a). A concepção da *Lebensweltorientierung* (port. Orientação no mundo de vida) representa um exemplo para uma teoria oriunda do pensamento fenomenológico. Seu representante principal, Thiersch (2018), destaca que a profissão tem a obrigação de:

[...] atuar no horizonte de uma justiça social que elimina injustiças, desigualdades, a falta de recursos e a falta de competências de se mover na vida e que tenta alcançar

condições nas quais existe menos repressão, impotência, sobrecarga e menos exploração (THIERSCH, 2018, não paginado, *tradução nossa*).

Para o autor, atuar no direcionamento de justiça social não significa apenas procurar por igualdade formal, mas levar em consideração as mais diversas condições de vida e apontar para a possibilidade de diferença como materialização de justiça.

Outra apreensão do Serviço Social presente na Alemanha é a vertente *ecosocial*. Esta se fundamenta em pensamentos oriundos dos movimentos iniciais de Serviço Social nos EUA e em tendências psicológicas. Considera-se, no seu contexto, que existem influências estruturais que requerem do Serviço Social uma atuação no sentido de um atendimento individual na lógica do *case-management*.

Por último, menciona-se a vertente do Serviço Social *reflexivo*, que, segundo Schilling e Klus (2015), representa um campo de pensamentos bastante diversificados. Entende-se que a condição *reflexiva* não formula um direcionamento próprio para o Serviço Social, mas pode atingir a profissão em quase todas as vertentes teóricas possíveis. Ser *reflexivo* implica a característica da profissão não refletir sobre a sociedade e as relações sociais como circunstâncias externas a ela, mas se percebe como envolvidas nessas, ou seja, é no âmbito do Serviço Social reflexivo que a profissão concebe sua participação ativa na construção das relações sociais. Essa compreensão não é percebida de um modo que a interliga em uma perspectiva teórica explícita, mas que repercute nas vertentes mais diversas da profissão.

Dentro desse espectro teórico-metodológico localizam-se diferentes matrizes de conhecimento, entre as quais existem vertentes que se denominam críticas. As diferentes abordagens que foram apresentadas, dependendo dos(as) seus(suas) representantes, se localizam em diferentes lugares nesse espectro teórico-metodológico. Schilling e Klus (2015) apresentam a vertente *emancipatória*, a *crítico-materialista*, assim como a corrente *crítico-subjetiva*, além de uma vertente orientada no *marxismo*. As primeiras duas tendências centralizam o indivíduo e visam apoiar os(as) usuários(as) no sentido de possibilitar um maior grau de participação e de autodeterminação. O Serviço Social, a partir dessa percepção, precisa estar comprometido com o entendimento de necessidades imediatas em conjunto com práticas que contribuam com a sociedade em sua totalidade.

Durante o período de 1960, o Serviço Social alemão apresentou fortes influências críticas e, principalmente, a teoria social marxiana/marxista foi de alta relevância para a profissão. Contudo, mesmo que ainda hoje existam autores(as) que defenderam esse direcionamento teórico no referido momento histórico, essa direção teórico-metodológica não foi assumida de maneira hegemônica pela profissão e, na atualidade, aparenta ter pouca influência.

Analisando os(as) autores(as) que representam tendências críticas no Serviço Social alemão, as referências ao pensamento marxiano/marxista apareceram apenas na minoria das elaborações teóricas. Portanto, tal constatação não indica que esses(as) autores(as) não recorreram a conceitos e pensadores(as) que possam ser considerados(as) indicadores para um possível direcionamento teórico crítico. Conforme anteriormente observado, diversos(as) dos(as) autores(as) analisados(as) disponibilizam uma análise da ordem societária vigente a partir de um posicionamento crítico e reconhecem a existência de problemas e de contradições, no entanto, não indicam nessa circunstância a necessidade da sua superação.

Considerações finais

Considerando a história do Serviço Social alemão, é possível observar que a profissão no país passou por momentos muito diversos e que as tendências teórico-metodológicas que impregnam a profissão são múltiplas. O Serviço Social alemão atravessou várias adversidades históricas e na contemporaneidade apresenta um conjunto de tendências teóricas de diferentes matrizes do conhecimento.

Faz-se necessário destacar que a organização legal e institucional do Serviço Social alemão difere das condições postas no Brasil. Não existe um projeto profissional hegemonicamente reconhecido, mas um amplo espectro de tendências teóricas-metodológicas que influenciam a profissão. A discussão acerca da importância de um Código de Ética na Alemanha é uma temática atual.

O Serviço Social brasileiro se diferencia do alemão em função de construir e manter uma linha de pensamento hegemônica fundamentada no marxismo que orienta a profissão nos aspectos formativo, legal e político. Observa-se que o conceito crítico, conforme aplicado pelo Serviço Social alemão, não pode ser entendido no mesmo sentido que se recorre a ele no Brasil. As tendências definidas como críticas pelo Serviço Social alemão a partir do ponto de vista brasileiro, possivelmente, seriam denominadas como progressistas.

Tentando formular uma possível definição do termo crítico, conforme aplicado no contexto do Serviço Social alemão, poder-se-ia dizer que ser crítico não significa se inscrever em uma determinada corrente teórica, mas apresentar uma postura que não apenas aceita, mas questiona. O aspecto que impregna as tendências teóricas críticas apresentadas pelo Serviço Social alemão representa uma postura que não aceita a desigualdade social como dada, não reconhece as suas origens apenas no contexto individual do(a) usuário(a), mas na inter-relação desse contexto individual com o contexto estrutural que questiona e critica a ordem societária do capital e se compromete a procurar por um posicionamento do Serviço Social dentro de uma realidade complexa.

Referências

AMTHOR, Ralph-Christian. Strategien des Erinnerns: Forschungsstand, offene Fragen und konzeptioneller Aufbau des Sammelbandes. In: AMTHOR, Ralph-christian (Ed.). **Soziale Arbeit im Widerstand!:** Fragen, Erkenntnisse und Reflexionen zum Nationalsozialismus. Weinheim: Beltz, 2017. p. 16-39.

ANHORN, Roland; KEIM, Rolf; RATHGEB, Kerstin; SCHIMPF, Elke; SPINDLER, Susanne; STEHR, Johannes. **Politik der Verhältnisse - Politik des Verhaltens:** Widersprüche der Gestaltung Sozialer Arbeit. Wiesbaden: Springer, 2017a.

ANHORN, Roland. Arbeitskreis Kritische Soziale Arbeit. **Widersprüche:** Zeitung für sozialistische Politik im Bildungs-, Gesundheits- und sozial Bereich, v. 145, n. 37, p. 89-92, 2017b. Disponível em:
https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/69151/ssoar-widersprueche-2017-145-anhorn-Arbeitskreis_Kritische_Soziale_Arbeit_AKS.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-

widersprueche-2017-145-anhorn-Arbeitskreis_Kritische_Soziale_Arbeit_AKS.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.

BETTINGER, Frank. Soziale Arbeit und Sozialpolitik. In: THOLE, Werner (Org.). **Grundriss Soziale Arbeit**: Ein einführendes Handbuch. 4. ed. Wiesbaden: Vs Verlag für Sozialwissenschaften, 2012. p. 345-354.

BIEBRICHER, Martin. Progressive Jugendwohlfahrt als Motiv: Widerständiges Handeln im Umfeld des Jugendamts Berlin-Prenzlauer Berg als Beispiel für sozialdemokratisch-sozialistischen Widerstand in und aus der Sozialen Arbeit. In: AMTHOR, Ralph-Christian (Ed.). **Soziale Arbeit im Widerstand!**: Fragen, Erkenntnisse und Reflexionen zum Nationalsozialismus. Weinheim: Beltz, 2017. p. 98 – 118.

BURRI, Thomas. Marxistisch orientierte Theorien Sozialer Arbeit. **Sozialistische Positionen**: Beiträge zu Politik, Kultur und Gesellschaft, Sem Informação, 2004. Disponível em: <https://www.sopos.org/aufsaeetze/4obdb7168aee7/1.phtml.html>. Acesso em: 16 dez. 2020.

DBSH. **DBSH - Wir über uns**. [201 -?]. Disponível em: <https://www.dbsh.de/der-dbsh/dbsh-wir-ueber-uns.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

DEWE, Bernd; OTTO, Hans-Uwe. Reflexive Sozialpädagogik: Grundstrukturen eines neuen Typs dienstleistungsorientierten Professionshandelns. In: THOLE, Werner (org.). **Grundriss Soziale Arbeit**: Ein einführendes Handbuch. 4. ed. Wiesbaden: Springer Fachverlag, 2012. p. 197-215.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR SOZIALE ARBEIT. **Kerncurriculum Soziale Arbeit**: eine positionierung der deutschen gesellschaft für soziale arbeit. Sem Informação: DGSA, 2016. Disponível em: https://www.dgsa.de/fileadmin/Dokumente/Aktuelles/DGSA_Kerncurriculum_final.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

FACHBEREICHTSTAG SOZIALE ARBEIT. **Home**. Mönchengladbach, [201 - ?]. Disponível em: <https://www.fbts-ev.de/>. Acesso em: 24 out. 2020.

KUHLMANN, Carola. Soziale Arbeit im nationalsozialistischen Herrschaftssystem: Zur Notwendigkeit von Widerstand gegen menschenverachtende Zwangsmaßnahmen im Bereich der „Volkspflege“. In: AMTHOR, Ralph-christian (Ed.). **Soziale Arbeit im Widerstand!**: Fragen, Erkenntnisse und Reflexionen zum Nationalsozialismus. Weinheim: Beltz, 2017. p. 40 - 57.

HAMMERSCHMIDT, Peter; TENNSTEDT, Florian. Der Weg zur Sozialarbeit: von der Armenpflege bis zur Konstituierung des Wohlfahrtsstaates in der Weimarer Republik. In: THOLE, Werner (org.). **Grundriss Soziale Arbeit**: ein einführendes Handbuch. 4. ed. Wiesbaden: Springer, 2012. p. 73-86.

HERING, Sabine; MÜNCHMEIER, Richard. **Geschichte der Sozialen Arbeit**: eine Einführung. 5. ed. Winheim Und Basel: Beltz Juventa, 2014.

KUNSTREICH, Timm. **Grundkurs Soziale Arbeit: Sieben Blicke auf Geschichte und Gegenwart Sozialer Arbeit** Band II. 5. ed. Bielefeld: Kleine Verlag, 2014a.

KUNSTREICH, Timm. **Grundkurs Soziale Arbeit: Sieben Blicke auf Geschichte und Gegenwart Sozialer Arbeit.** Band I. 5. Ed. Bielefeld: Kleineverlag, 2014b.

OSCHMIANSKY, Frank; BERTHOLD, Julia. Aktivierender Staat und aktivierende Arbeitsmarktpolitik. 27 fev. 2020. o. Disponível em: <https://www.bpb.de/themen/arbeit/arbeitsmarktpolitik/305858/aktivierender-staat-und-aktivierende-arbeitsmarktpolitik/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

OTTO, Hans-Uwe; SÜNKER, Heinz. Nationalsozialismus, Volksgemeinschaftsideologie und Soziale Arbeit. In: OTTO, Hans-uwe; SÜNKER, Heinz (Ed.). **Soziale Arbeit und Faschismus: Kritische Texte.** Bielefeld: Kt-verlag, 1986. p. 13-36.

PAÁL, Gábor. **6 Millionen ermordete Juden: woher stammt diese zahl?. Woher stammt diese Zahl?** [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.swr.de/wissen/1000-antworten/6-millionen-holocaust-opfer-woher-stammt-diese-zahl-100.html>. Acesso em: 27 mar. 2021.

PAULINI, Christa. Gerade die Fürsorgerin ist zur Mitarbeit am Volksaufbau berufen: Zur Beteiligung von Sozialarbeiterinnen am Nationalsozialismus am Beispiel der Entwicklung der Berufsverbände. In: AMTHOR, Ralph-Christian (Ed.). **Soziale Arbeit im Widerstand!: Fragen, Erkenntnisse und Reflexionen zum Nationalsozialismus.** Weinheim: Beltz, 2017. p. 58 - 74.

PEUKERT, Detlev. Zur Erforschung der Sozialpolitik im dritten Reich. In: OTTO, Hans-Uwe; SÜNKER, Heinz (Ed.). **Soziale Arbeit und Faschismus: Kritische Texte.** Bielefeld: Kt-verlag, 1986. p. 123-132.

SACHSSE, Christoph; TENNSTEDT, Florian. Der Wohlfahrtsstaat im Nationalsozialismus 1933 - 1945. **Theorie Und Praxis Der Sozialen Arbeit**, Bonn, v. 11, n. 43, p. 419-430, jan. 1992. Disponível em: <https://kobra.uni-kassel.de/bitstream/handle/123456789/2010030832234/TennstedtWohlfahrtsstaat.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SAGEBIEL, Juliane. Alice Salomon: Pionierin der Sozialen Arbeit in Disziplin, Profession und Ausbildung. In: ENGELFRIED, Constance; VOIGT-KEHLENBECK, Corinna (org.). **Gendered Profession: Soziale Arbeit vor neuen Herausforderungen in der zweiten Moderne.** München: VS Verlag, 2010. p. 41-60. (Ringvorlesung: Soziale Arbeit zwischen Frauenberuf und Frauenbewegung). Disponível em: https://w3-mediapool.hm.edu/mediapool/media/fk11/fk11_lokal/forschungpublikationen/publikationen_4/dokumente_44/sagebiel/Sagebiel_-_Alice_Salomon-Pionierin_der_Sozialen_Arbeit.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

SCHÄFER, Peter; BARTOSCH, Ulrich. **Qualifikationsrahmen Soziale Arbeit: version 6.o.** Version 6.o. 2016. Disponível em: https://cdn.website-editor.net/31ab6b86f4df4ec4a4df102d9bcb226e/files/uploaded/QR%2520SozArb_Version%25206.o.pdf. Acesso em: 24 out. 2020.

SCHILLING, Johannes; KLUS, Sebastian. **Soziale Arbeit**: Geschichte - Theorie - Profession. 6. ed. München: Ernst Reinhardt, 2015.

STEINACKER, Sven. Kritik um "68" – Akteure, Konzepte und Wirkungen kritischer Sozialer Arbeit seit den ausgehenden sechziger Jahren. *In*: HÜNERSDORF, Bettina; HARTMANN, Jutta. **Was ist und wozu betreiben wir Kritik in der Sozialen Arbeit?**: Disziplinäre und interdisziplinäre Diskurse. Wiesbaden: Springer, 2013. p. 33-49.

THIERSCH, Hans. Perspektiven einer selbstbestimmten Sozialen Arbeit. *In*: STENDER, Wolfram; KRÖGER, Danny (Org.). **Soziale Arbeit als kritische Handlungswissenschaft**: beiträge zur (re-)Politisierung Sozialer Arbeit. Hannover: Blumenhardt Verlag, 2017. p. 15-36.

THIERSCH, Hans; GRUNWALD, Klaus; BÖHNISCH, Lothar. Lebensweltorientierung. *In*: THIERSCH, Hans; GRUNWALD, Klaus. **Praxishandbuch Lebensweltorientierte Soziale Arbeit**: handlungszusammenhänge und methoden in unterschiedlichen arbeitsfeldern. 3. ed. Weinheim: Beltz Juventa, 2016. p. 24-64.

WENDT, Wolf Rainer. **Kurze Geschichte der Sozialen Arbeit**. Wiesbaden: Springer, 2020. (Essentials).

Cilene Sebastiana de Conceição BRAGA Trabalhou na concepção e delineamento, redação e revisão crítica do artigo, aprovação da versão a ser publicada.

Assistente Social, doutora em Política Social, Pós-doutorado em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE. Atualmente atua na vice coordenação do curso de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, integra o grupo de Estudo Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS).

Katja Klebsattel DUARTE Trabalhou na concepção e delineamento, análise de dados, redação do artigo.

Assistente Social, Mestre pela Universidade Federal do Pará. Atualmente atua como Assistente Social na Alemanha.
